



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5  
**EXAME**

**DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2025/SUPEL/RO**

**Processo Administrativo: 0009.009612/2024-63**

**Objeto: Contratação de sistema de autogestão de frota, para prestação, de forma contínua, de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva, através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet) e integrado com tecnologia de cartão magnético físico com senha, visando atender as necessidades dos veículos, maquinários, entre outros pertencentes à frota oficial do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO.**

**1 - DA ADMISSIBILIDADE**

De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação, estabelece que os **pedidos de esclarecimentos e impugnações**, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados o(a) Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO**, sendo que o não exercido tempestivamente, acarretará a preclusão do seu direito. *In verbis*:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Os pedidos de esclarecimentos das empresas, foram encaminhados, via e-mail, nas datas de 04 a 11/06/2025. Nesse sentido, considerando que a sessão inaugural estava pré-agendada para o dia 13/06/2025 as **10h00min** (Horário de Brasília - DF), informamos, portanto, que restam recebidos e conhecidos os pedidos por reunirem as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado **TEMPESTIVOS**.

**2 - DOS FATOS**

Considerando que as questões levantadas nos pedidos de esclarecimentos e impugnações têm suas origens no Termo de Referência e no Instrumento Convocatório, enviamos tais pedidos e anexos aos Setores responsáveis SESAU-GECOMP e SUPEL

**► I - IMPUGNAÇÃO (0060843222)**

(...)

A empresa apresentou **impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90032/2025 do DER/RO**, formulando **questionamentos e pedidos** baseados em quatro pontos principais:

**1. Exigência de Cartão Magnético Físico com Senha**

**Questionamento:** A exigência de cartão físico para a execução dos serviços de manutenção é **obsoleta, desnecessária e onerosa**, além de restringir a competitividade. O mercado já utiliza sistemas web seguros, sem a necessidade de cartão.

**Pedido:** Que seja **retirada essa exigência** do edital, admitindo empresas que utilizam tecnologia web sem cartão.

**2. Exigência de Relatórios de Taxas Cobradas da Rede Credenciada**

**Questionamento:** A exigência de apresentação de espelhos e relatórios sobre as taxas (taxa REDE) cobradas da rede credenciada interfere indevidamente em relações privadas entre a contratada e seus fornecedores, o que é vedado pela legislação e jurisprudência.

**Pedido:** Que essa exigência seja **suprimida do edital**, por configurar ingerência indevida da Administração em contratos privados.

**3. Exigência de Emissão de Notas Fiscais em Nome da Contratada**

**Questionamento:** Embora pouco detalhado no trecho analisado, presume-se que a empresa conteste exigência semelhante às demais — com possível alegação de entrave operacional ou desequilíbrio contratual.

**Pedido:** Presumivelmente, **ajuste da exigência para flexibilizar a forma de emissão ou aceite de documentos fiscais**.

**4. Exigência de Qualificação Econômico-Financeira**

**Questionamento:** A exigência de índices contábeis (ILC, ILG e ISG  $\geq 1$ ) como único meio de comprovação da capacidade econômico-financeira é restritiva e fere a Lei 14.133/21.

**Pedido:** Que seja **permitida a comprovação alternativa**, como: Patrimônio líquido ou capital social de até 10% do valor estimado da contratação.

(...)

**► RESPOSTA DER-CLOG (0061014381)**

(...)

**Resposta 1:** Com visto, a definição das condições dos serviços está diretamente relacionada ao interesse público e à necessidade de garantir uma gestão eficiente e segura dos recursos públicos aplicados na manutenção de veículos, maquinários e equipamentos cadastrados. A exigência do uso de cartão com senha, conforme especificado no item 11.3.4 do Termo de Referência 0059294865, demonstra a preocupação da Administração em adotar mecanismos de controle que aperfeiçoem a gestão das manutenções, especialmente na finalização de orçamentos executados com a autenticação do condutor responsável pela retirada das peças e/ou serviços na credenciada.

Atualmente, o sistema permite que a empresa contratada abra e conclua a Ordem de Serviço apenas com a matrícula do servidor. Diante dessa limitação, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER precisou implementar controles internos complementares, assumindo a inerentes à própria contratada, a fim de garantir maior eficiência na gestão.

O uso do cartão com senha permitirá tanto a abertura quanto o encerramento da Ordem de Serviço, fortalecendo o controle operacional. No entanto, visando ampliar a competitividade do certame, será admitida, para fins de análise desta Administração, a oferta de soluções alternativas, como cartão virtual com uso de senha, desde que assegurem o mesmo nível de segurança e controle nos registros e encerramentos das Ordens de Serviço.

**Resposta 2:** Atentar-se ao estabelecido no item 12.4 do Termo de Referência (0059294865), considerando que nos relatórios analíticos e sintéticos deverá discriminar todas as taxas cobradas na rede credenciada, para maior transparência e efetividade dos custos a serem cobrados na administração pública.

**Resposta 3:** A exigência de emissão das Notas Fiscais em nome da empresa contratada está em plena conformidade com as normas fiscais, contábeis e administrativas. O item 12.8 do Termo de Referência (0059294865) fundamenta-se considerando ainda, o Acórdão 2117/2019-TCU-Plenário.

(...)

► **RESPOSTA DER-GEL (0061048437)**

(...)

**Resposta 4:** Cabe destacar que a matéria ora suscitada não é inédita. Já fora objeto de questionamento anterior em outro processo licitatório — Processo n.º 0009.083141/2022-93, Pedido de Impugnação - TICKET LOG (0050405635). Fazendo o mesmo questionamento de que o edital apresenta exigência restritiva à ampla competitividade, ao condicionar a habilitação econômico-financeira exclusivamente à apresentação de índices contábeis (liquidez e solvência), sem prever a possibilidade alternativa de comprovação por capital social ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor estimado da contratação. Naquela ocasião, os pontos levantados foram integralmente enfrentados pela Administração e superados com respaldo jurídico, técnico e contábil.

A repetição de fundamentos já apreciados configura uma rediscussão indevida, causando a protelação do trâmite processual e comprometendo a celeridade administrativa. Ressalte-se que o presente certame tem por objeto a contratação de serviço essencial à continuidade das atividades operacionais do DER/RO, ou seja, a manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais.

Passa-se à análise, para isso, resgatando fundamentos já consagrados em manifestação anterior, plenamente aplicáveis ao presente pedido de impugnação.

**LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

O artigo 69 dispõe que a comprovação da capacidade econômico-financeira deverá ocorrer de forma objetiva, mediante coeficientes e índices previstos no edital. Enquanto o §4º do mesmo artigo faculta à Administração a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo, limitado a até 10% do valor estimado da contratação.

Nota-se que o próprio caput coloca como dever a comprovação por coeficientes e índices econômicos, sendo a exigência de capital mínimo uma alternativa discricionária da Administração, e não uma condição substitutiva obrigatória.

Ainda, o § 1º rege que, fica a critério da Administração a exigência de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

Ademais, observa-se que a própria Lei não impõe qualquer vedação à exigência cumulativa dos critérios. Ao contrário, dedica maior detalhamento normativo aos índices econômico-financeiros.

Portanto, a exigência de índices contábeis no edital, sem previsão alternativa de capital social ou patrimônio líquido, não afronta a legalidade, mas sim materializa o modelo legal estabelecido pela referida Lei.

**ANÁLISE 1 TÉCNICA ELABORADA POR ANALISTA CONTÁBIL (0061123234)**

Explica que a utilização de índices como Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Geral e Solvência Geral para aferir a real capacidade da empresa de cumprir suas obrigações contratuais.

Esses parâmetros estão em consonância com a Lei nº 6.404/76, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Vejamos:

Índice de Liquidez Geral avalia a capacidade de uma empresa em cumprir todas as suas obrigações financeiras (de curto e longo prazo) com base em todos os seus ativos disponíveis (de curto e longo prazo), oferecendo uma visão mais abrangente e de longo prazo da saúde financeira.

Interpretação do Cálculo:

Valor acima de 1: Indica que a empresa possui ativos suficientes para cobrir todas as suas obrigações financeiras no curto e longo prazo, sugerindo uma boa saúde financeira.

Valor abaixo de 1: Sugere que a empresa pode não ter ativos suficientes para atender a todas as suas dívidas no longo prazo, o que pode levantar preocupações sobre sua viabilidade financeira a longo prazo.

Um valor mais alto nesse índice sugere que a empresa está em uma posição financeira mais segura, com recursos suficientes para atender às suas dívidas e outras obrigações financeiras tanto no presente quanto no futuro.

Índice de Liquidez Corrente inclui todos os ativos que se espera serem convertidos em caixa no ciclo operacional normal da empresa ou em um ano. O Passivo Circulante inclui todas as obrigações devidas em um ano. Este índice mede a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo com seus ativos de curto prazo, sendo um indicador importante da saúde financeira da empresa.

Interpretação do Cálculo:

Valor acima de 1: Indica que a empresa tem ativos suficientes para cobrir suas dívidas de curto prazo. Um valor ideal costuma ser entre 1,5 e 2, mostrando um bom equilíbrio entre ativos líquidos e dívidas de curto prazo.

Valor abaixo de 1: Sinaliza que a empresa pode não ter ativos líquidos suficientes para pagar suas dívidas de curto prazo, o que pode ser um indicativo de problemas de liquidez.

Índice de Solvência Geral é uma medida financeira que avalia a capacidade de uma empresa de honrar suas obrigações de longo prazo, levando em consideração tanto seus ativos quanto suas dívidas. Em essência, ele representa a relação entre os recursos disponíveis para a empresa e suas obrigações financeiras. É uma métrica valiosa para avaliar a solidez financeira de uma organização, pois indica se ela possui ativos suficientes para cobrir suas dívidas de longo prazo.

Interpretação do Cálculo:

Valor igual a 1: Pode ser visto como uma situação neutra, e a interpretação dependerá das circunstâncias específicas da empresa e do mercado.

Valor acima de 1: É geralmente considerado um requisito mínimo.

Valor abaixo de 1: Um índice de solvência geral menor que 1 indica que a empresa não possui ativos suficientes para cobrir suas obrigações.

**MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS: Parecer nº 117/2024/PGE-DERADM (0061123393), Despacho PGE-DER (0061123440) e Despacho PGE-GABADJ (0058452279)**

Parecer nº 117/2024/PGE-DERADM (0061123393)

Conclui que os índices contábeis devem estar previstos no edital da licitação para aferir a boa situação financeira de empresas de diversos segmentos de mercado, não sendo uma exigência à parte, uma vez que um complementa o outro.

Despacho PGE-DER (0061123440)

Aprovando o parecer, complementou que a lei não trouxe nenhuma limitação quanto à exigência cumulativa e, que, portanto, poderá a administração realizar a exigência concomitante do balanço patrimonial e dos índices econômicos.

Despacho PGE-GABADJ (0058452279)

O referido despacho se manifesta sobre o Pregão em questão, destacando apenas que não é permitido à Administração estabelecer índices não usualmente adotados pelo mercado para fins de avaliação da situação econômico-financeira das empresas, nos termos do art. 69, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

### CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, verifica-se que as exigências editalícias relacionadas à qualificação econômico-financeira estão plenamente amparadas na legislação vigente, nas melhores práticas contábeis e nas manifestações técnicas e jurídicas constantes. Assim, mantendo-se inalterado o conteúdo do edital.

Frisamos que fora exigido Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação e não de 10% (dez por cento) como consta no pedido de impugnação.

(...)

**► I - ESCLARECIMENTO (0060917883)**

(...)

A empresa apresentou um **pedido de esclarecimento** referente ao **Pregão Eletrônico nº 90032/2025**, cujo objeto é a contratação de sistema de autogestão de frota para o DER/RO.

A empresa identificou **falta de clareza no edital** quanto à **possibilidade de se apresentar proposta com taxa negativa**, e solicita esclarecimento formal sobre essa possibilidade.

**Questionamento da Empresa:**

**Será aceita taxa negativa?**

(...)

**► RESPOSTA DER-CLOG (0061014381)**

(...)

Resposta: Atentar-se ao estabelecido no item 14 "DA TAXA DE ADMINISTRATIVA E A TAXA IMPOSTA PELA CONTRATADA À CREDENCIADA"; item 14.1 e 14.2.

(...)

**► I - IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO (0061015642- 0061015718)**

(...)

A empresa apresentou **impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90032/2025**, promovido pela SUPEL/RO, com base em três **questionamentos principais** e seus respectivos **pedidos de alteração do edital**:

**1. Exigência Técnica Restritiva (Item 11.19 do Termo de Referência)**

**Questionamento:**

O edital exige que o serviço seja executado por meio de sistema que integre manutenção, controle de combustível, monitoramento via GPS, controle de uso e quilometragem, com acompanhamento em tempo real.

A empresa argumenta que essas funcionalidades extrapolam o objeto da licitação (manutenção veicular) e favorecem fornecedores que atuam com soluções integradas, restringindo a competitividade.

**Pedido:**

**Supressão ou adequação** do item 11.19, limitando-se apenas às funcionalidades estritamente ligadas à gestão da manutenção veicular.

**2. Emissão de Nota Fiscal em Nome da Contratada (Item 18.8 do Edital)**

**Questionamento:**

A exigência de que as notas fiscais sejam emitidas em nome da empresa contratada (gerenciadora) é indevida. Isso:

Contraria o modelo de quarteirização (administração como tomadora de serviços).

Prejudica a retenção tributária pela Administração.

Pode acarretar perda de garantia dos veículos, caso emitidas por oficinas não autorizadas.

**Pedido:**

**Supressão da exigência** de emissão de notas fiscais em nome da contratada e previsão para que sejam emitidas em nome da Administração, conforme prática consolidada e orientação do TCU e Receita Federal.

**3. Exigência de Cartões Magnéticos (Item 3.1 do Edital)**

**Questionamento:**

A obrigatoriedade de uso de cartões magnéticos para registro e controle de operações é considerada:

Obsoleta.

Insegura.

Restritiva à competitividade.

Tecnologicamente superada por sistemas informatizados via web.

**Pedido:**

**Supressão da exigência** de uso de cartões magnéticos, admitindo soluções mais modernas, como plataformas online com login e senha.

**4.** A empresa busca **transparência** sobre a situação atual do serviço de gerenciamento de frota (abastecimento e manutenção) já existente no órgão, especialmente quanto à **empresa atualmente contratada e à taxa praticada**, para fins comparativos e de formulação de proposta.

**Questionamento Único:**

**O órgão contratante já faz uso do tipo de serviço a ser licitado?**

**Se sim, qual a atual empresa contratada e qual a taxa praticada?**

(...)

#### ► RESPOSTA DER-CLOG (0061014381)

(...)

**Resposta 1:** Diante do item 11.19 do Termo de Referência (0059294865)

**Onde Lê-se:**

[...]

O serviço deverá ser executado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico de frota, integrando manutenção, controle de combustível, monitoramento via GPS, controle de uso e quilometragem, com relatórios periódicos e acompanhamento em tempo real.

**Leia-se:**

[...]

O serviço deverá ser executado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico de frota, integrando manutenção, controle de uso e quilometragem, com relatórios periódicos e acompanhamento em tempo real das operações.

**Resposta 2:** A exigência de emissão das Notas Fiscais em nome da empresa contratada está em plena conformidade com as normas fiscais, contábeis e administrativas. O item 12.8 do Termo de Referência (0059294865) fundamenta-se considerando ainda, o Acórdão 2117/2019-TCU-Plenário.

**Resposta 3:** Com visto, a definição das condições dos serviços está diretamente relacionada ao interesse público e à necessidade de garantir uma gestão eficiente e segura dos recursos públicos aplicados na manutenção de veículos, maquinários e equipamentos cadastrados. A exigência do uso de cartão com senha, conforme especificado no item 11.3.4 do Termo de Referência 0059294865, demonstra a preocupação da Administração em adotar mecanismos de controle que aperfeiçoem a gestão das manutenções, especialmente na finalização de orçamentos executados com a autenticação do condutor responsável pela retirada das peças e/ou serviços na credenciada.

Atualmente, o sistema permite que a empresa contratada abra e conclua a Ordem de Serviço apenas com a matrícula do servidor. Diante dessa limitação, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER precisou implementar controles internos complementares, assumindo atividades inerentes à própria contratada, a fim de garantir maior eficiência na gestão.

O uso do cartão com senha permitirá tanto a abertura quanto o encerramento da Ordem de Serviço, fortalecendo o controle operacional. No entanto, visando ampliar a competitividade do certame, será admitida, para fins de análise desta Administração, a oferta de soluções alternativas, como cartão virtual com uso de senha, desde que assegurem o mesmo nível de segurança e controle nos registros e encerramentos das Ordens de Serviço.

**Resposta 4:** Sim. Ata de Registro de Preços nº 201/2020, referente ao Pregão Eletrônico de nº 016/2020.

(...)

## ► I - ESCLARECIMENTO (0061031264)

(...)

A empresa apresentou **pedido de esclarecimento** referente ao **Pregão Eletrônico nº 90032/2025**, promovido pelo DER/RO, com **três questionamentos principais**:

### 1. Sobre o Item 11.19 do Termo de Referência (Serviços fora do objeto licitado)

#### Questionamento:

O edital menciona controle de combustível e monitoramento via GPS, embora o objeto do certame trate apenas de manutenção preventiva e corretiva. Tendo em vista que o objeto do presente certame visa gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva, entendemos que o abastecimento de combustível e monitoramento via GPS mencionado nos itens 11.19 e 12.8.6 do TR deve ser desconsiderado, pois não tem valores destinados a estes serviços. Estamos certos em nosso entendimento?

#### Pedido:

Confirmação se tais funcionalidades devem ser **desconsideradas**, uma vez que **não há valores previstos para esses serviços** no edital.

### 2. Emissão de Notas Fiscais em Nome da Contratada (Item 12.8 do Termo de Referência)

#### Questionamento:

A exigência de que a rede credenciada emita notas fiscais em nome da empresa contratada (gerenciadora) viola:

A legislação tributária.

O princípio da legalidade (CF, art. 37).

A competência da União para tratar de normas tributárias (CF, art. 146).

#### Pedido:

Que seja **revista a exigência**, permitindo que as notas fiscais sejam emitidas **em nome da CONTRATANTE (DER/RO)**, evitando insegurança jurídica e infrações tributárias.

Caso não haja alteração, a empresa solicita **esclarecimento com base legal** que justifique tal exigência.

### 3. Veículos com Garantia de Fábrica (Anexo I do Termo de Referência)

Pergunta: Em relação a Frota de veículos apresentada no anexo I do Termo de Referência, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

I) Atualmente existem veículos em garantia de fábrica?

II) No caso de existência de veículos em garantia de fábrica, solicitamos as marcas, modelos e ano de fabricação dos mesmos, bem como em quais cidades deverão ser disponibilizadas as concessionárias solicitadas em edital.

III) Em caso negativo de resposta, entendemos que as concessionárias só serão necessárias no caso de novas aquisições de veículos. Desta maneira estamos corretos no entendimento?

#### Pedido:

Esclarecimentos sobre a existência atual de veículos em garantia e exigência de concessionárias.

(...)

## ► RESPOSTA DER-CLOG (0061082887)

(...)

**Resposta 1:** Diante do item 11.19 do Termo de Referência (0059294865)

#### Onde Lê-se:

[...]

O serviço deverá ser executado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico de frota, integrando manutenção, controle de combustível, monitoramento via GPS, controle de uso e

quilometragem, com relatórios periódicos e acompanhamento em tempo real.

**Leia-se:**

[...]

O serviço deverá ser executado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico de frota, integrando manutenção, controle de uso e quilometragem, com relatórios periódicos e acompanhamento em tempo real das operações.

**Resposta 2:** A exigência de emissão das Notas Fiscais em nome da empresa contratada está em plena conformidade com as normas fiscais, contábeis e administrativas. O item 12.8 do Termo de Referência (0059294865) fundamenta-se considerando ainda, o Acórdão 2117/2019-TCU-Plenário.

**Resposta 3:** A exigência de concessionárias consta como requisito para assegurar a manutenção da garantia dos veículos atualmente sob tal cobertura, bem como para futuros veículos que venham a ser incorporados à frota durante a vigência do contrato, conforme item 10.1 e 10.2 do Termo de Referência (0059294865).

A disponibilização dessas concessionárias se faz necessária de forma preventiva, atendendo aos princípios da continuidade do serviço público e da economicidade, tendo em vista que manutenções fora da rede autorizada podem acarretar a perda da garantia de fábrica.

(...)

► **I - ESCLARECIMENTO (0061080581)**

(...)

A empresa encaminhou **pedido de esclarecimentos** ao edital do **Pregão Eletrônico nº 90032/2025**, formulando os seguintes **questionamentos e pedidos**:

**1. Item 11.17 – Prazos de Execução**

**Questionamento:**

O prazo para execução do serviço depende da resposta do credenciado no sistema e da aprovação do gestor do contrato. Sobre o item 11.17, prazos de execução dos serviços, é preciso esclarecer que o estabelecimento credenciado quando responde a um orçamento e/ou cotação informa dentro do sistema informa qual o prazo para a execução do serviço e/ou venda da peça. Desta forma, caberá ao Gestor do Contrato do Contratante aprovar o Orçamento/Cotação e/ou reprová-la a solicitação e negociar para que o Credenciado informe o prazo desejado.

**Pedido:**

Confirmação de que o entendimento da empresa está correto: **o prazo será informado pelo credenciado e negociado pelo gestor.**

**2. Item 11.19 – Layout do Sistema**

**Questionamento:**

O edital exige integração com funcionalidades diversas (manutenção, combustível, GPS, etc.), mas **não especifica o layout do sistema** esperado. Sobre o item 11.19, O serviço deverá ser executado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico de frota, integrando manutenção, controle de combustível, monitoramento via GPS, controle de uso e quilometragem, com relatórios periódicos e acompanhamento em tempo real, os sistemas de gerenciamento de frota são produtos oriundos da tecnologia da informação e comunicação. Assim, conseguimos confirmar que atendemos aos dados solicitados de "A" a "L".

**Pedido:**

Solicita-se que o **layout exigido pela contratante seja publicado**, conforme determina o conceito de projeto básico na Lei 14.133/2021.

**3. Item 12.7 – Nota Fiscal com Desconto**

**Questionamento:**

O desconto ofertado na sessão pública deverá constar na ordem de serviço?. Sobre o item 12.7,

Deverão ser emitidas as Notas Fiscais no valor líquido e apresentadas à contratante, devendo conter no seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da CONTRATADA, está correto o entendimento de que o DESCONTO OFERTADO NA SESSÃO PÚBLICA deverá ser apresentado na Ordem de Serviço do Estabelecimento para que a Gerenciadora gere o valor da nota fiscal com o valor líquido? Senão, qual o entendimento sobre esse item?

**Pedido:**

Confirmação de que **o valor líquido da nota fiscal será calculado com base no desconto ofertado, conforme ordem de serviço.**

**4. Item 12.10 – Emissão Automática de NF-e**

**Questionamento:**

A empresa utiliza emissão de NF-e com link dentro do sistema e envio automático por e-mail. Sobre o item 12.10, apresentação da Nota Fiscal e emissão automática, informamos que somos obrigados pela Lei Brasileira a trabalharmos somente com a emissão de Nota Fiscal Eletrônica. Assim, buscando maior agilidade e facilidade na entrega de nossos documentos fiscais aos nossos clientes, ao final de cada faturamento, disponibilizamos a NF-e através de link de acesso dentro da ferramenta de gerenciamento, inclusive com envio de e-mail automático comunicando a liberação do arquivo. Assim, basta o Gestor da Frota e/ou Funcionário Responsável pelo pagamento acessar a Nota Fiscal Eletrônica. Desta forma, entendemos que atenderemos às necessidades do edital e do órgão. Estamos corretos?

**Pedido:**

Confirmação de que essa **prática atende ao edital**, inclusive para acompanhamento, correções e relatórios em tempo real.

**5. Item 12.10 – Divergência de Prazos de Pagamento**

**Questionamento:**

Há divergência entre o edital (15 dias úteis) e a minuta do contrato (30 dias corridos). Sobre o item 12.10, prazo de pagamento, identificamos que o edital e seus anexos constam dois prazos para pagamento, sendo de 15 dias úteis e a minuta do contrato 30 dias corridos. Desta forma, qual prazo está correto?

**Pedido:**

Solicita-se **esclarecimento sobre qual prazo de pagamento é o válido.**

**6. Item 14.2.3 – Relatório de Repasse e LGPD**

**Questionamento:**

O edital exige comprovantes de pagamento à rede credenciada. A empresa informa que a **LGPD impede o compartilhamento direto desses dados**. Sobre o item 14.2.3, Desta forma, a contratada deverá enviar mensalmente um relatório de repasse contendo as informações detalhadas dos serviços executados, taxa de credenciamento cobrada, incidência de impostos e valor líquido repassado à credenciada, acompanhado de comprovantes de pagamento, do que se trata os comprovantes de pagamento mencionados no item? Trata-se do valor de reembolso a rede credenciada? Ainda, é preciso informar que em razão da Lei de Proteção de Dados não é possível realizar a disponibilização dos pagamentos para a Rede. Desta forma, entendemos que emitindo declaração constando a taxa de credenciamento bem como a anuidade dos pagamentos para a rede atende às necessidades do edital. Estamos corretos?

**Pedido:**

Sugere-se que seja **aceita declaração informando a taxa de credenciamento e a regularidade dos pagamentos**, como forma de cumprimento do item.

**7. Cláusula Oitava da Minuta Contratual – Do Preço**

**Questionamento:**

A cláusula atual não diferencia entre o **valor bruto estimado** e o **valor líquido com aplicação do desconto (taxa de administração)**. Sobre a CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO, da minuta contratual anexa ao Edital, é preciso esclarecer que o objeto do edital pretende contratar o Serviço de Gerenciamento de Abastecimento e/ou Manutenção Preventiva e Corretiva da frota com a oferta de

Taxa de Administração (Desconto) sobre o valor estimado (e/ou quantidade) para o uso da Contratante.

**Pedido:**

Sugere-se **nova redação da cláusula**, discriminando o valor total estimado de uso e o valor efetivo a ser pago após aplicação da taxa de desconto.

(...)

► **RESPOSTA DER-CLOG (0061082887)**

(...)

**Resposta 1:** O prazo de até 10 (dez) dias úteis para manutenções preventivas e até 30 (trinta) dias úteis para manutenções corretivas, estabelecido no Termo de Referência, é balizador mínimo para garantir previsibilidade e regularidade dos serviços à Administração. Cabe à contratada manter controle e interlocução com a rede credenciada de forma a atender, dentro desses limites, a necessidade da contratante. O entendimento apresentado pela impugnante, ao condicionar os prazos à proposta do credenciado, compromete a padronização do atendimento e pode acarretar prejuízos operacionais à frota pública.

**Resposta 2:** Diante do item 11.19 do Termo de Referência (0059294865)

**Onde Lê-se:**

[...]

O serviço deverá ser executado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico de frota, integrando manutenção, controle de combustível, monitoramento via GPS, controle de uso e quilometragem, com relatórios periódicos e acompanhamento em tempo real.

**Leia-se:**

[...]

O serviço deverá ser executado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico de frota, integrando manutenção, controle de uso e quilometragem, com relatórios periódicos e acompanhamento em tempo real das operações.

**Resposta 3:** O item 12.7 do Termo de Referência 0059294865 trata dos critérios de medição e faturamento dos serviços executados pela contratada, estabelecendo que a nota fiscal global deverá ser emitida com base no valor líquido apurado após a aplicação da taxa de administração ofertada. Tal nota deverá refletir de forma consolidada os serviços prestados no período, observadas as ordens de serviço devidamente atestadas e os relatórios gerenciais exigidos pela Administração.

**Resposta 4:** A emissão automática de NF-e com acesso via link no sistema atende aos requisitos de celeridade e transparência estabelecidos no edital, desde que a nota esteja devidamente identificada com os elementos exigidos no item 12.7, e acompanhada dos relatórios discriminativos previstos nos itens 12.3. a 12.6.

**Resposta 5:** Atentar-se ao item 12.10 do Termo de Referência 0059294865 e ao Parágrafo Décimo da Cláusula Nona - Do Pagamento. No qual especifica que "O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, conforme previsto no art. 190, do Decreto nº 28.874/2024..."

**Resposta 6:** O objetivo do item em questão é assegurar a rastreabilidade, transparência e efetividade na comprovação dos valores efetivamente repassados às empresas credenciadas, promovendo o devido controle por parte da Administração e garantindo conformidade com os princípios da economicidade, legalidade e publicidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Tal exigência encontra respaldo no item 12.4 do Termo de Referência (0059294865), o qual determina que a contratada deverá apresentar espelhos ou instrumentos comprobatórios dos valores efetivamente cobrados da rede credenciada a título de taxa, assegurando, assim, o fiel

acompanhamento da execução financeira do contrato e a lisura nas transações realizadas no âmbito da gestão da frota pública.

**Resposta 7:** Esclarece-se que a cláusula mencionada refere-se a minuta contratual, constante no edital como modelo a ser oportunamente ajustado. O valor final do contrato somente será definido após a adjudicação e homologação do certame, momento em que será conhecida a taxa de administração efetivamente ofertada pela licitante vencedora.

Conforme expressamente previsto no item 13.1 do Termo de Referência (0059294865), o valor constante nos autos refere-se ao valor máximo estimado da contratação, com base no histórico de consumo dos último quatro anos. Tal valor serve de referência para fins de planejamento orçamentário e análise de viabilidade da contratação, não correspondendo ao valor contratual definitivo, o qual será apurado a partir da proposta vencedora.

(...)

## ► I - IMPUGNAÇÃO (0061105744)

(...)

A empresa apresentou **impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90032/2025**, com base nos seguintes **questionamentos e pedidos principais**:

### 1. Limitação da Taxa de Credenciamento (Item 14.2 do Edital)

#### **Questionamento:**

O edital limita a taxa de credenciamento cobrada da rede credenciada a no máximo **7,47%**. A empresa alega que essa imposição:

Viola o princípio da livre concorrência.

Interfere em contratos privados entre a empresa gerenciadora e seus parceiros.

#### **Pedido:**

**Exclusão da cláusula que limita a taxa de credenciamento**, permitindo que o mercado defina livremente esse percentual.

### 2. Exigência de Sistema com Cartão Magnético

#### **Questionamento:**

O edital exige sistema informatizado com uso de **cartões magnéticos/eletromagnéticos**, o que: Restringe a competitividade. Que seja admitida a participação no certame de empresas com sistema de gerenciamento similares que dispensem o uso de cartão magnético para o item referente ao gerenciamento das manutenções.

Desconsidera tecnologias mais modernas e seguras (como login com CPF e senha, token web, sistema antifraude e acesso via nuvem).

#### **Pedido:**

Permitir a **participação de empresas que utilizam sistemas similares ou superiores, que dispensem o uso de cartão magnético**.

#### **Pedidos Finais da Empresa:**

- Recebimento da impugnação como tempestiva.
- Exclusão do item 14.2** (limite da taxa de credenciamento).
- Alteração da exigência cumulada de qualificação econômico-financeira** para modelo alternativo.
- Aceitação de sistemas informatizados que não utilizam cartão magnético**.
- Caso não atendido, requer envio à autoridade superior e ressalva o direito de representação ao TCU.

### 3. Exigência Cumulativa de Índices Contábeis e Patrimônio Líquido (Item 15.5.3, b.2 do Edital)

#### **Questionamento:**

O edital exige simultaneamente: Índices de Liquidez Geral, Corrente e Solvência maiores que 1;

E patrimônio líquido de 5% do valor estimado do contrato.

A empresa argumenta que: A exigência é excessiva e desproporcional.

Contraria jurisprudência do TCU e princípios da Lei 14.133/2021.

**Pedido:**

Alteração da exigência para **modelo alternativo**: Exigir patrimônio líquido **apenas se** os índices financeiros forem inferiores a 1.

(...)

► **RESPOSTA DER-CLOG (0061082887)**

(...)

**Resposta 1:** A estipulação do limite máximo de taxa de credenciamento tem por objetivo assegurar a economicidade da contratação e ampliação da rede credenciada, conforme demonstrado nos processos administrativos anteriores, nos quais foi constatado que a cobrança de taxas excessivas. A medida não se refere à regulação de relação puramente privada, mas sim à garantia da vantajosidade da contratação pública, conforme os princípios do art. 5º da Lei 14.133/2021, evitando que o custo final dos serviços seja inflacionado artificialmente às custas de erário.

**Resposta 2:** A exigência do uso de cartão com senha, conforme especificado no item 11.3.4 do Termo de Referência 0059294865, demonstra a preocupação da Administração em adotar mecanismos de controle que aperfeiçoem a gestão das manutenções, especialmente na finalização de orçamentos executados com a autenticação do condutor responsável pela retirada das peças e/ou serviços na credenciada.

Atualmente, o sistema permite que a empresa contratada abra e conclua a Ordem de Serviço apenas com a matrícula do servidor. Diante dessa limitação, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER precisou implementar controles internos complementares, assumindo a inerentes à própria contratada, a fim de garantir maior eficiência na gestão.

O uso do cartão com senha permitirá tanto a abertura quanto o encerramento da Ordem de Serviço, fortalecendo o controle operacional. No entanto, visando ampliar a competitividade do certame, será admitida, para fins de análise desta Administração, a oferta de soluções alternativas, como cartão virtual com uso de senha, desde que assegurem o mesmo nível de segurança e controle nos registros e encerramentos das Ordens de Serviço.

(...)

► **RESPOSTA DER-GEL (0061048437)**

(...)

**Resposta 3:** Cabe destacar que a matéria ora suscitada não é inédita. Já fora objeto de questionamento anterior em outro processo licitatório — Processo n.º 0009.083141/2022-93, Pedido de Impugnação - TICKET LOG (0050405635). Fazendo o mesmo questionamento de que o edital apresenta exigência restritiva à ampla competitividade, ao condicionar a habilitação econômico-financeira exclusivamente à apresentação de índices contábeis (liquidez e solvência), sem prever a possibilidade alternativa de comprovação por capital social ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor estimado da contratação. Naquela ocasião, os pontos levantados foram integralmente enfrentados pela Administração e superados com respaldo jurídico, técnico e contábil.

A repetição de fundamentos já apreciados configura uma rediscussão indevida, causando a protelação do trâmite processual e comprometendo a celeridade administrativa. Ressalte-se que o presente certame tem por objeto a contratação de serviço essencial à continuidade das atividades operacionais do DER/RO, ou seja, a manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais.

Passa-se à análise, para isso, resgatando fundamentos já consagrados em manifestação anterior, plenamente aplicáveis ao presente pedido de impugnação.

**LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

O artigo 69 dispõe que a comprovação da capacidade econômico-financeira deverá ocorrer de forma objetiva, mediante coeficientes e índices previstos no edital. Enquanto o §4º do mesmo artigo faculta à Administração a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo, limitado a até 10% do valor estimado da contratação.

Nota-se que o próprio caput coloca como dever a comprovação por coeficientes e índices econômicos, sendo a exigência de capital mínimo uma alternativa discricionária da Administração, e não uma condição substitutiva obrigatória.

Ainda, o § 1º rege que, fica a critério da Administração a exigência de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

Ademais, observa-se que a própria Lei não impõe qualquer vedação à exigência cumulativa dos critérios. Ao contrário, dedica maior detalhamento normativo aos índices econômico-financeiros.

Portanto, a exigência de índices contábeis no edital, sem previsão alternativa de capital social ou patrimônio líquido, não afronta a legalidade, mas sim materializa o modelo legal estabelecido pela referida Lei.

#### **ANÁLISE 1 TÉCNICA ELABORADA POR ANALISTA CONTÁBIL (0061123234)**

Explica que a utilização de índices como Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Geral e Solvência Geral para aferir a real capacidade da empresa de cumprir suas obrigações contratuais.

Esses parâmetros estão em consonância com a Lei nº 6.404/76, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Vejamos:

Índice de Liquidez Geral avalia a capacidade de uma empresa em cumprir todas as suas obrigações financeiras (de curto e longo prazo) com base em todos os seus ativos disponíveis (de curto e longo prazo), oferecendo uma visão mais abrangente e de longo prazo da saúde financeira.

Interpretação do Cálculo:

Valor acima de 1: Indica que a empresa possui ativos suficientes para cobrir todas as suas obrigações financeiras no curto e longo prazo, sugerindo uma boa saúde financeira.

Valor abaixo de 1: Sugere que a empresa pode não ter ativos suficientes para atender a todas as suas dívidas no longo prazo, o que pode levantar preocupações sobre sua viabilidade financeira a longo prazo.

Um valor mais alto nesse índice sugere que a empresa está em uma posição financeira mais segura, com recursos suficientes para atender às suas dívidas e outras obrigações financeiras tanto no presente quanto no futuro.

Índice de Liquidez Corrente inclui todos os ativos que se espera serem convertidos em caixa no ciclo operacional normal da empresa ou em um ano. O Passivo Circulante inclui todas as obrigações devidas em um ano. Este índice mede a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo com seus ativos de curto prazo, sendo um indicador importante da saúde financeira da empresa.

Interpretação do Cálculo:

Valor acima de 1: Indica que a empresa tem ativos suficientes para cobrir suas dívidas de curto prazo. Um valor ideal costuma ser entre 1,5 e 2, mostrando um bom equilíbrio entre ativos líquidos e dívidas de curto prazo.

Valor abaixo de 1: Sinaliza que a empresa pode não ter ativos líquidos suficientes para pagar suas dívidas de curto prazo, o que pode ser um indicativo de problemas de liquidez.

Índice de Solvência Geral é uma medida financeira que avalia a capacidade de uma empresa de honrar suas obrigações de longo prazo, levando em consideração tanto seus ativos quanto suas dívidas. Em essência, ele representa a relação entre os recursos disponíveis para a empresa e suas obrigações financeiras. É uma métrica valiosa para avaliar a solidez financeira de uma organização, pois indica se ela possui ativos suficientes para cobrir suas dívidas de longo prazo.

Interpretação do Cálculo:

Valor igual a 1: Pode ser visto como uma situação neutra, e a interpretação dependerá das circunstâncias específicas da empresa e do mercado.

Valor acima de 1: É geralmente considerado um requisito mínimo.

Valor abaixo de 1: Um índice de solvência geral menor que 1 indica que a empresa não possui ativos suficientes para cobrir suas obrigações.

#### **MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS: Parecer nº 117/2024/PGE-DERADM (0061123393), Despacho PGE-DER (0061123440) e Despacho PGE-GABADJ (0058452279)**

Parecer nº 117/2024/PGE-DERADM (0061123393)

Conclui que os índices contábeis devem estar previstos no edital da licitação para aferir a boa situação financeira de empresas de diversos segmentos de mercado, não sendo uma exigência à parte, uma vez que um complementa o outro.

Despacho PGE-DER (0061123440)

Aprovando o parecer, complementou que a lei não trouxe nenhuma limitação quanto à exigência cumulativa e, que, portanto, poderá a administração realizar a exigência concomitante do balanço patrimonial e dos índices econômicos.

Despacho PGE-GABADJ (0058452279)

O referido despacho se manifesta sobre o Pregão em questão, destacando apenas que não é permitido à Administração estabelecer índices não usualmente adotados pelo mercado para fins de avaliação da situação econômico-financeira das empresas, nos termos do art. 69, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

### CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, verifica-se que as exigências editalícias relacionadas à qualificação econômico-financeira estão plenamente amparadas na legislação vigente, nas melhores práticas contábeis e nas manifestações técnicas e jurídicas constantes. Assim, mantendo-se inalterado o conteúdo do edital.

Frisamos que fora exigido Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação e não de 10% (dez por cento) como consta no pedido de impugnação.

(...)

## ► I - ESCLARECIMENTO (0061106115)

(...)

### 1. Garantia de Fábrica

**Questionamento:** Atualmente existem veículos em garantia de fábrica? Se sim, quantos?

### 2. Frota Atual

**Questionamento:** Qual o quantitativo atual da frota do município?

### 3. Empresa Atual

**Questionamento:** O serviço já era prestado por outra empresa? Se sim, gentileza informar qual a empresa que presta os serviços e qual a taxa de administração praticada?

qual é ela e qual a taxa de administração praticada?

### 4. Taxa Negativa e Sistema Web

**Questionamento:**

Em caso de oferta de **taxa negativa**, a qual representará desconto a Administração, será aceito sistema **totalmente web**, que possibilita maior transparência ao gestor da frota, contemplando o desconto (taxa negativa) diretamente em cada orçamento? - Aplica o desconto diretamente no orçamento?

Assim, o faturamento da gerenciadora ocorrerá pelo valor líquido, ou seja, aquele considerado o desconto ofertado? Atendemos desta forma? - Fatura com base no valor líquido (descontado)?

**Pedido:**

Confirmação de que **esse modelo de operação será aceito.**

### 5. Preço à Vista

**Questionamento:**

Sobre o conceito de preço à vista, o entendimento da empresa é de que o preço à vista é o praticado no mercado com base em tabelas oficiais de referências vigentes, **sem adição de juros, taxas ou encargos de parcelamento.**

**Pedido:**

Confirmação se esse entendimento está correto.

**6. Emissão de Notas Fiscais****Questionamento:**

Considerando que a nota fiscal será emitida pela **rede credenciada**, **sempre** serão em nome da Contratante, pois o objeto da empresa é consultoria e assessoria em gestão e gerenciamento de frotas de veículos, entre outras atividades. Desta forma, estamos corretos no entendimento que atendemos ao solicitado no edital?

**Pedido:**

Confirmação se isso atende ao edital, considerando que a contratada atua como consultoria e não como prestadora direta.

**7. Recolhimento de Impostos****Questionamento:**

A contratada entende que o recolhimento de impostos deve ser feito pela **rede credenciada**. A nota da gerenciadora tem natureza apenas de fatura (repasse), exceto se houver taxa de administração.

Com relação ao edital, entendemos que o recolhimento de imposto deverá ser efetuado pela rede credenciada que são de fato os reais prestadores de serviços. A nota fiscal emitida pela contratada, cuja natureza é 10.05 refere-se ao valor consumido na rede credenciada do período e possui finalidade apenas de fatura (repasse), e neste caso não há o que se falar em retenção. Caso o contrato possua taxa de administração positiva a contratante emitirá uma NF-S para esta finalidade e esta sim será passível de retenção em nome da gerenciadora. Estamos corretos no entendimento?

**Pedido:**

Confirmação se essa **interpretação tributária está correta**.

**8. Uso de Cartão Magnético**

**Questionamento:** Sobre a exigência de Cartão eletrônico/magnético, para os serviços e/ou peças referente à manutenção preventiva e corretiva da frota, informamos que eles não existem e não se enquadram para utilização no referido objeto, haja vista que o gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de frotas se diferencia de abastecimento veicular, pois não é feito através de cartão físico, sendo todas as operações processadas na integralidade por meio do sistema online. Desta forma, visando reduzir os custos do processo garantindo total eficácia e segurança, está correto o entendimento de que será possível a participação de empresas que utilizam o sistema informatizado via internet, por meio de login e senha, o qual dispensa o uso de cartão magnético/eletrônico para o pagamento, seguindo o objeto do edital?

**Pedido:**

Confirmação de que **será possível a participação de empresas que utilizem sistemas via internet sem necessidade de cartão magnético**, conforme o objeto do edital.

(...)

**► RESPOSTA DER-CLOG (0061082887)**

(...)

**Resposta 1:** A exigência de concessionárias consta como requisito para assegurar a manutenção da garantia dos veículos atualmente sob tal cobertura, bem como para futuros veículos que venham a ser incorporados à frota durante a vigência do contrato, conforme item 10.1 e 10.2 do Termo de Referência (0059294865).

A disponibilização dessas concessionárias se faz necessária de forma preventiva, atendendo aos princípios da continuidade do serviço público e da economicidade, tendo em vista que manutenções fora da rede autorizada podem acarretar a perda da garantia de fábrica. Respondido no Despacho Resposta ao pedido de impugnação (0061014381)

**Resposta 2:** Atentar-se ao estabelecido no item 3.2.1 do Termo de Referência (0059294865) e Item 30 "ANEXOS - I - Relação da Frota"

**Resposta 3:** Sim. Ata de Registro de Preços nº 201/2020, referente ao Pregão Eletrônico de nº 016/2020. Respondido no Despacho Resposta ao pedido de impugnação (0061014381).

**Resposta 4:** Atentar-se ao estabelecido no Item 14 "DA TAXA DE ADMINISTRATIVA E A TAXA IMPOSTA PELA CONTRATADA À CREDENCIADA" e seus subitens 14.1; 14.2; 14.2.1; 14.2.2 e 14.2.3.

**Resposta 5:** Conforme previsto no item 11.18 do Termo de Referência, o sistema a ser adotado deverá dispor de acesso ao sistema AUDATEX MOLICAR ou outro instrumento hábil similar, o qual possibilite ao gestor/fiscal consultar tabelas oficiais de preços dos fabricantes de peças e tempos de mão de obra padrão.

**Resposta 6:** A exigência de emissão das Notas Fiscais em nome da empresa contratada está em plena conformidade com as normas fiscais, contábeis e administrativas. O item 12.8 do Termo de Referência (0059294865) fundamenta-se considerando ainda, o Acórdão 2117/2019-TCU-Plenário. Respondido no Despacho Resposta ao pedido de impugnação (0061014381)

**Resposta 7:** Atentar-se ao estabelecido no Item 14 "DA TAXA DE ADMINISTRATIVA E A TAXA IMPOSTA PELA CONTRATADA À CREDENCIADA" e seus subitens 14.1; 14.2; 14.2.1; 14.2.2 e 14.2.3.

**Resposta 8:** A exigência do uso de cartão com senha, conforme especificado no item 11.3.4 do Termo de Referência 0059294865, demonstra a preocupação da Administração em adotar mecanismos de controle que aperfeiçoem a gestão das manutenções, especialmente na finalização de orçamentos executados com a autenticação do condutor responsável pela retirada das peças e/ou serviços na credenciada.

Atualmente, o sistema permite que a empresa contratada abra e conclua a Ordem de Serviço apenas com a matrícula do servidor. Diante dessa limitação, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER precisou implementar controles internos complementares, assumindo atividades inerentes à própria contratada, a fim de garantir maior eficiência na gestão.

O uso do cartão com senha permitirá tanto a abertura quanto o encerramento da Ordem de Serviço, fortalecendo o controle operacional. No entanto, visando ampliar a competitividade do certame, será admitida, para fins de análise desta Administração, a oferta de soluções alternativas, como cartão virtual com uso de senha, desde que assegurem o mesmo nível de segurança e controle nos registros e encerramentos das Ordens de Serviço. Respondido no Despacho Resposta ao pedido de impugnação (0061014381).

(...)

## ► I - ESCLARECIMENTO (0061106273)

(...)

O edital impede a participação de pessoa física ou jurídica que esteja, no momento da licitação, impedida de participar em razão de sanção — **sem restringir a abrangência dessa penalidade ao órgão que a aplicou.**

A empresa alega que:

Tal cláusula **viola o princípio da ampla competitividade.**

**Contraria o art. 156, III, da Lei 14.133/2021**, que limita os efeitos da penalidade de impedimento de licitar **ao órgão ou entidade que a impôs.**

**Jurisprudência do TCU e dos Tribunais** confirma que suspensões (como as do art. 87, III, da Lei 8.666/93) **não têm efeito nacional**, diferentemente da sanção de **inidoneidade**, que é de alcance amplo.

A empresa também apresentou **exemplos de editais recentes**, nos quais a vedação à participação é corretamente **restrita ao ente sancionador.**

**Pedido:** Que a Comissão esclareça e **confirme o entendimento** de que: **Somente estão impedidas de participar** da licitação as empresas que tenham sanção **aplicada especificamente pela**

SUPEL/RO, ou aquelas **declaradas inidôneas** para licitar e contratar com a Administração Pública.  
(...)

► **RESPOSTA SUPEL-ASTEC (0061168910)**

(...)

Frisa-se que, a empresa sustenta que, o Instrumento Convocatório *veda a participação de empresas que estejam impossibilitadas de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, sem limitar a abrangência.*

O item 4.6.2. do edital do certame, Id. (0060555200), estabelece o seguinte:

**4.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

[...]

4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.6.2.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia**, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.2.2. **Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública**, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

No entanto, é possível observar que os itens 4.6.2.1. e 4.6.2.2. do edital do certame são claros ao estabelecer as limitações, não podendo participar empresa impedida de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, e declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Tal previsão encontra amparo nos §§ 4º e 5º da Lei n.º 14.133/2021, senão vejamos:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

[...]

§ 4º **A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º **A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, **e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A limitação da participação de empresas penalizadas visa proteger a lisura, moralidade e integridade das contratações públicas. Desse modo, tais "restrições" de participação são essenciais para assegurar a confiabilidade nos procedimentos licitatórios e garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Sendo assim, resta demonstrado que a exigência editalícia está amparada na legislação vigente, não havendo o que se falar em qualquer prejuízo à competitividade do certame.

(...)

► **I - ESCLARECIMENTO (0061106771)**

(...)

A empresa apresentou **pedido de esclarecimento** ao edital do **Pregão Eletrônico nº 90032/2025/SUPEL/RO**, com os seguintes **questionamentos e pedidos**:

### 1. Exigência de Cartão para Manutenção de Veículos

Informamos que o nosso serviço de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva é prestado apenas com o sistema informatizado, sem o fornecimento de qualquer cartão ou outro instrumento periférico, o que não impede, por exemplo, a identificação do veículo (a exemplo da placa, modelo, ano, fabricante e quilometragem do veículo), do condutor, do respectivo controle de despesas e a abertura de cotações e ordens de serviços, conforme exigido pelo termo de referência. Salientamos, por oportuno, que a grande maioria das empresas do setor não fornecem qualquer tipo de cartão para o gerenciamento da manutenção de frota, o que em nada compromete o atendimento as exigências contidas no Edital para o serviço de manutenção e, conseqüentemente, a administração e o controle do gerenciamento das despesas da frota de veículos. Em sendo assim, entendemos que, embora esta empresa não forneça cartões, magnéticos ou eletrônicos, ou outro tipo de instrumento periférico para o gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, atendemos as necessidades deste respeitado órgão. Estamos corretos?

#### Pedido:

Confirmação de que **não fornecer cartões** não impede a habilitação, **desde que o sistema atenda integralmente ao objeto**.

### 2. Desnecessidade de Cartões

#### Questionamento:

Se for aceito o sistema web com login e senha, todos os itens do edital que mencionam o uso de cartão se tornam ineficazes, tendo em vista que todo processo da prestação de serviço ocorrerá via sistema. Estamos corretos?

#### Pedido:

Confirmação de que **tais itens perdem efeito** quando o serviço for prestado totalmente via sistema web.

### 3. Situação Atual da Frota e do Contrato

Qual a quantidade da frota de veículos? Atualmente existem veículos da frota que estão em garantia? Se sim, quantos? Existem veículos da frota que são locados? Se sim, quantos? Farão a manutenção dentro do contrato? Existe estimativa de valores a serem gastos futuramente entre serviços e peças? Se sim, qual? Os serviços, objeto desta licitação, já são prestados por alguma empresa? Se sim, gentileza informar qual a empresa que presta os serviços e qual a taxa de administração praticada? Caso seja ofertado taxa negativa ou desconto, o mesmo será aplicado sobre o orçamento ou sobre as tabelas de preços de peças e serviços dos fabricantes (ex: Audatex, Molicar, Orion ou outro instrumento hábil similar)?

### 4. Dados do Contrato Atual

Os serviços, objeto desta licitação, já são prestados por alguma empresa? Se sim, gentileza informar qual a empresa que presta os serviços e qual a taxa de administração praticada? Qual o prazo de vigência que encerra o contrato com o fornecedor atual?

### 5. Assinatura Contábil nas Demonstrações Financeiras

#### Questionamento:

A exigência de que o contador responsável pela escrituração contábil deva assinar as demonstrações contábeis obrigatórias, juntamente com os sócios ou administradores, está prevista na legislação brasileira, especialmente no art. 1.182, do Código Civil, e no art. 25, alínea 'b', do Decreto-Lei nº 9.295/1946. A escrituração contábil assinada por um contador, além de um requisito legal, é um pilar fundamental para a credibilidade financeira de qualquer organização. Sob esse prisma, considerando a exigência de envio das demonstrações financeiras como requisito para comprovar a qualificação econômico-financeira, é correto o entendimento de que as empresas licitantes que apresentarem escrituração contábil apócrifa ou não assinada por seu contador serão inabilitadas?. Demonstrações contábeis devem estar assinadas pelo contador responsável (conforme art. 1.182 do Código Civil e art. 25, "b" do Decreto-Lei 9.295/1946).

**Pedido:**

Confirmação de que **documentos contábeis não assinados pelo contador resultarão em inabilitação.**

**6. Auditoria Contábil para Sociedades de Grande Porte****Questionamento:**

De acordo com a Lei 11.638/2007, sociedades de grande porte devem ter balanço auditado por empresa registrada na CVM. De acordo com o art. 3º, da Lei n.º 11.638/2007, as sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, deverão submeter à auditoria independente e registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seu balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social. Destaca-se que o texto legal utiliza o termo "devendo", o que, em nossa análise, caracteriza uma obrigação imposta pela norma. Nesse sentido, a auditoria independente, além de um requisito legal, garante que os indicadores de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) reflitam a real saúde financeira da empresa, proporcionando maior segurança jurídica, confiabilidade e precisão sobre os dados contábeis da empresa. Neste contexto, considerando a exigência de envio das demonstrações financeiras como requisito para comprovar a qualificação econômico-financeira, é correto o entendimento de que as licitantes classificadas como sociedades de grande porte que não apresentarem seu balanço patrimonial e demonstração de resultado referendados por uma auditoria independente serão inabilitadas?

**Pedido:**

Confirmação de que **empresas de grande porte que não apresentarem balanço auditado por auditor independente serão inabilitadas.**

(...)

**► RESPOSTA DER-CLOG (0061082887)**

(...)

**Resposta 1:** A A exigência do uso de cartão com senha, conforme especificado no item 11.3.4 do Termo de Referência 0059294865, demonstra a preocupação da Administração em adotar mecanismos de controle que aperfeiçoem a gestão das manutenções, especialmente na finalização de orçamentos executados com a autenticação do condutor responsável pela retirada das peças e/ou serviços na credenciada.

Atualmente, o sistema permite que a empresa contratada abra e conclua a Ordem de Serviço apenas com a matrícula do servidor. Diante dessa limitação, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER precisou implementar controles internos complementares, assumindo atividades inerentes à própria contratada, a fim de garantir maior eficiência na gestão.

O uso do cartão com senha permitirá tanto a abertura quanto o encerramento da Ordem de Serviço, fortalecendo o controle operacional. No entanto, visando ampliar a competitividade do certame, será admitida, para fins de análise desta Administração, a oferta de soluções alternativas, como cartão virtual com uso de senha, desde que assegurem o mesmo nível de segurança e controle nos registros e encerramentos das Ordens de Serviço. Respondido no Despacho Resposta ao pedido de impugnação (0061014381).

**Resposta 2:** A A exigência do uso de cartão com senha, conforme especificado no item 11.3.4 do Termo de Referência 0059294865, demonstra a preocupação da Administração em adotar mecanismos de controle que aperfeiçoem a gestão das manutenções, especialmente na finalização de orçamentos executados com a autenticação do condutor responsável pela retirada das peças e/ou serviços na credenciada.

Atualmente, o sistema permite que a empresa contratada abra e conclua a Ordem de Serviço apenas com a matrícula do servidor. Diante dessa limitação, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER precisou implementar controles internos complementares, assumindo atividades inerentes à própria contratada, a fim de garantir maior eficiência na gestão.

O uso do cartão com senha permitirá tanto a abertura quanto o encerramento da Ordem de Serviço, fortalecendo o controle operacional. No entanto, visando ampliar a competitividade do certame, será admitida, para fins de análise desta Administração, a oferta de soluções alternativas, como cartão virtual com uso de senha, desde que assegurem o mesmo nível de segurança e controle nos

registros e encerramentos das Ordens de Serviço. Respondido no Despacho Resposta ao pedido de impugnação (0061014381).

**Resposta 3:** As informações solicitadas estão descritas no Item 3.2.1 e no Anexo I do Termo de Referência nº 0059294865, que detalham a composição da frota. O valor estimado da contratação consta no Item 13.1. A taxa de administração encontra-se prevista nos Itens 14 e subitens seus subitens 14.1; 14.2; 14.2.1; 14.2.2 e 14.2.3.

**Resposta 4:** Sim. Ata de Registro de Preços nº 201/2020, referente ao Pregão Eletrônico de nº 016/2020.

**Resposta 5:** Atentar-se ao estabelecido no subitem b.5 do item 15.5.3 do Termo de Referência 0059294865

**Resposta 6:** Atentar-se ao estabelecido no item 15.5.3 e seus subitens do Termo de Referência (0059294865) e Edital disponibilizado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

(...)

## ► I - IMPUGNAÇÃO (0061117810)

(...)

### 1. Sobre a Emissão de Notas Fiscais (Item 12.8 do Termo de Referência):

**Questionamento:** O edital exige que as **notas fiscais dos serviços prestados pela rede credenciada sejam emitidas em nome da empresa contratada (gerenciadora)**, o que é **ilegal e incompatível com a realidade do mercado**. Pode gerar **riscos fiscais** e **descaracteriza a contratada como mera intermediadora**. Contraria entendimentos da Receita Federal e de Tribunais de Contas.

**Pedido:** Alterar essa exigência para permitir que as **notas fiscais sejam emitidas em nome da Contratante (Administração Pública)**, que é a real tomadora dos serviços.

### 2. Sobre o Sistema de Monitoramento via GPS (Item 11.19 do Edital):

**Questionamento:** A redação do edital é **vaga e imprecisa**, pois não define os **parâmetros técnicos mínimos**. Não detalha os **métodos de fornecimento, armazenamento ou auditoria dos dados**;

Não esclarece se os **custos estão inclusos no valor global do contrato**.

**Pedido:** Retificar o edital com informações técnicas **claras e completas** sobre o sistema de GPS, visando segurança jurídica e igualdade de condições entre os licitantes. Em outras palavras, alterar ou incluir o valor e informações completas em relação ao monitoramento via GPS, visto a falta de retornos em relação aos esclarecimentos enviados.

### 3. Sobre o Intervalo Mínimo entre Lances (Item 7.5 do Edital):

**Questionamento:** A empresa sustenta que, *a Administração Pública está frustrando o caráter competitivo do certame*, e pugna a alteração do item 7.5. do edital - que estabelece o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances em 1,00% - para que passe a constar a limitação mínima entre lances no importe de 0,1%. Afirma que exigência de diferença mínima de **1% entre lances** é considerada **excessiva**, pois frustra a competitividade do certame, visto que não é usual para o tipo de serviço licitado, contrariando o princípio da razoabilidade.

**Pedido:** Que o item 7.5 do edital seja alterado para prever um **intervalo mínimo de 0,1%**, citando como exemplo outros órgãos públicos que utilizam esse percentual.

(...)

## ► RESPOSTA DER-CLOG (0061082887)

(...)

**Resposta 1:** A exigência de emissão das Notas Fiscais em nome da empresa contratada está em plena conformidade com as normas fiscais, contábeis e administrativas. O item 12.8 do Termo de Referência (0059294865) fundamenta-se considerando ainda, o Acórdão 2117/2019-TCU-Plenário.

**Resposta 2:** Diante do item 11.19 do Termo de Referência (0059294865)

**Onde Lê-se:**

[...]

O serviço deverá ser executado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico de frota, integrando manutenção, controle de combustível, monitoramento via GPS, controle de uso e quilometragem, com relatórios periódicos e acompanhamento em tempo real.

**Leia-se:**

[...]

O serviço deverá ser executado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico de frota, integrando manutenção, controle de uso e quilometragem, com relatórios periódicos e acompanhamento em tempo real das operações.

**Resposta 3:** Importa pontuar que, tanto o Decreto Estadual n.º 28.874/2024 quanto a Lei n.º 14.133/2021 **não estabelecem** expressamente o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances que deverá ser adotado nos procedimentos licitatórios. Não obstante, o artigo 57 da Lei n.º 14.133/2021 estabelece que *o edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.*

Para tanto, considerando que a legislação vigente não determina o valor a ser estabelecido para o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances, **a definição desse valor fica a cargo do órgão contratante.**

Em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 5º da Lei n.º 14.133/2021, torna-se imprescindível a observância aos limites constantes do corpo do edital. O edital é a regra do certame e faz lei entre as partes, portanto, não só o particular como a própria Administração submete-se a ele.

Nesse sentido, eis o entendimento jurisprudencial pátrio:

**O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes.** (STJ - REsp: 354977 SC 2001/0128406-6, Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Data de Julgamento: 18/11/2003, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 09.12.2003 p. 213).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório torna imprescindível a observação dos limites constantes do corpo do edital, o qual é a lei interna do concurso e vincula não apenas os concorrentes, como também a Administração, de forma que as decisões devem ser tomadas em harmonia com as cláusulas editalícias, sob pena de configuração de ilegalidade - Não comprovado o preenchimento de requisito objetivo expressamente previsto no edital do certame público pela recorrente, a tempo e modo, confirma-se a decisão que concedeu a segurança. (TJ-MG - AC: 10000190479246002 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 10/05/0020, Data de Publicação: 14/05/2020).

Logo, frisa-se que ante a ausência de previsão expressa na legislação aplicável, e sendo o edital a "lei" que regula os direitos e deveres de todos os participantes no procedimento licitatório, a estipulação do intervalo mínimo de 1,00% entre os lances, uma vez prevista no instrumento convocatório, impõe-se a todos e deve ser integralmente observada.

Por todo o exposto, esta Assessoria Técnica se manifesta no sentido de que as exigências previstas no edital, especialmente no tocante aos itens 4.6. e 7.5., estão em conformidade com a legislação vigente.

(...)

## ► I - ESCLARECIMENTO (0061118176)

(...)

A empresa solicitou **esclarecimentos sobre o Pregão Eletrônico n.º 90032/2025** com os seguintes **questionamentos e pedidos**:

**1.** O item 18.61 do termo de referência estabelece um limite de **7,47% para cobrança da rede credenciada**, considerando que a Taxa de Administração (ofertada na licitação) e a Taxa de Credenciamento (cobrada das credenciadas) possuem natureza distintas, empresa entende que esse limite **não se aplica à Taxa de Administração ofertada ao órgão público**, especialmente quando esta for **negativa**. Assim, o limite que trata o item 18.61, não recai em limite para a Taxa de Administração negativa ofertada na licitação. Em caso hipotético, será permitido ofertar Taxa de Administração de -10% (dez por cento negativo), sendo este desconto aplicado sobre o valor dos orçamentos da rede credenciada e, sobre o valor líquido pago pelo órgão, no momento do repasse, a Gerenciadora não poderá cobrar mais do que 7,47% já do valor líquido.

A empresa questiona se está **correto o entendimento de que é permitido ofertar uma Taxa de Administração negativa**, por exemplo, **-10%**, a ser aplicada como desconto sobre os valores da rede credenciada. **Aplicação do Desconto e Cobrança Posterior**: A dúvida gira em torno da seguinte hipótese: Mesmo ofertando uma taxa negativa (ex: -10%) na licitação, a empresa **não poderia cobrar da rede credenciada mais do que os 7,47% previstos** no item 18.61, quando do repasse do valor líquido.

**Pedido: confirmação se esse entendimento está correto.**

(...)

#### ► RESPOSTA DER-CLOG (0061082887)

(...)

**Resposta 1:** Atentar-se ao estabelecido no item 14 "DA TAXA DE ADMINISTRATIVA E A TAXA IMPOSTA PELA CONTRATADA À CREDENCIADA"; item 14.1 e 14.2 e seus subitens 14.2.1; 12.2.2 e 14.2.3. Respondido no Despacho Resposta ao pedido de impugnação (0061014381).

(...)

#### ► I - ESCLARECIMENTO (0061160350)

(...)

A empresa solicitou **esclarecimentos sobre o Pregão Eletrônico n.º 90032/2025** com os seguintes **questionamentos e pedidos**:

##### **1. Exigência do Cartão Magnético Físico com Senha:**

A empresa questiona se o uso do **cartão magnético físico com senha** (exigido pelos itens 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4 do edital e item 4.6.3.1 do Estudo Técnico Preliminar) é **obrigatório e inflexível**.

Pergunta se é possível a **substituição por tecnologias equivalentes**, como **aplicativos móveis ou outras soluções digitais**, desde que ofereçam o mesmo nível de controle, segurança e autenticação.

##### **2. Abrangência do Sistema – Inclusão de Controle de Abastecimento:**

Com base nos itens 12.8.4 e 12.8.6 do edital, a empresa solicita esclarecimento sobre se o sistema contratado **também deve incluir controle de abastecimento de combustíveis**, além da manutenção preventiva e corretiva.

Em caso afirmativo, solicita **detalhamento dos requisitos operacionais exigidos** para essa funcionalidade.

(...)

#### ► RESPOSTA DER-CLOG (0061082887)

**Resposta 1:** A exigência do uso de cartão com senha, conforme especificado no item 11.3.4 do Termo de Referência 0059294865, demonstra a preocupação da Administração em adotar mecanismos de controle que aperfeiçoem a gestão das manutenções, especialmente na finalização de orçamentos executados com a autenticação do condutor responsável pela retirada das peças e/ou serviços na credenciada.

Atualmente, o sistema permite que a empresa contratada abra e conclua a Ordem de Serviço apenas com a matrícula do servidor. Diante dessa limitação, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER precisou implementar controles internos complementares, assumindo atividades inerentes à própria contratada, a fim de garantir maior eficiência na gestão.

O uso do cartão com senha permitirá tanto a abertura quanto o encerramento da Ordem de Serviço, fortalecendo o controle operacional. No entanto, visando ampliar a competitividade do certame, será admitida, para fins de análise desta Administração, a oferta de soluções alternativas, como cartão virtual com uso de senha, desde que assegurem o mesmo nível de segurança e controle nos registros e encerramentos das Ordens de Serviço. Respondido no Despacho Resposta ao pedido de impugnação (0061014381).

### 3 - DA DECISÃO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações, através do Núcleo de Processamento, nomeada por força das **Portaria nº 70/2025/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data de 15 de maio de 2025, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o instrumento convocatório que, **JULGA - SE SANADOS OS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS e IMPUGNAÇÕES.**

Colocamo-nos a disposição para quaisquer outros que se façam necessários através do telefone **(69) 3212-9243**, e-mail: [cogen5@supel.ro.gov.br](mailto:cogen5@supel.ro.gov.br);

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

**Ivanir Barreira de Jesus**

Pregoeira da 5ª Comissão Genérica - COGEN5

Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL / RO



Documento assinado eletronicamente por **Ivanir Barreira de Jesus, Pregoeiro(a)**, em 17/06/2025, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061172267** e o código CRC **21223935**.

**Referência:** Caso responda este(a) Exame, indicar expressamente o Processo nº 0009.009612/2024-63

SEI nº 0061172267